

Haroldo Hollanda

Agressão a Sarney gera apreensões

As tentativas de agressão ao presidente Sarney, ocorridas durante visita por ele realizada anteontem ao Rio, foram encaradas por parlamentares de todos os partidos como acontecimento de extrema gravidade política, que merece o repúdio geral da nação brasileira. O ato em si, de acordo com o raciocínio dominante, atinge indistintamente a todos e não favorece a ninguém, a não ser aos que se revelam interessados em tumultuar ou até interromper o processo de transição democrática. Faz-se a ressalva de que podem os adversários do presidente Sarney acusá-lo de tudo, menos de não ser dotado de espírito civilizado e conciliador, traço, aliás, dominante de seu temperamento pessoal, não só agora como durante toda sua vida.

É evidente que existem grupos políticos extremados, não se sabe de que origem, empenhados em desestabilizar o processo democrático. A grande maioria da sociedade, aí incluídos também os seus dirigentes políticos, pode estar insatisfeita com o governo, mas não estimula nem tampouco se solidariza com atos irracionais dessa natureza. O deputado Adolfo de Oliveira, que se encontrava no ônibus cercado pelos que procuraram agredir o presidente, diz não acreditar que por trás da manifestação estivesse o dedo do ex-governador Leonel Brizola. Essa suspeita poderia ter curso, de acordo com seu testemunho, tendo em vista que a maioria dos manifestantes portava propaganda do PDT.

O deputado gaúcho Victor Faccioni, do PDS, viu com apreensão o que aconteceu no Rio, porque entende ser impossível dissociar o fato de outros acontecimentos recentes, indicadores do agravamento da crise nacional, como o pronunciamento dos ministros militares sobre a Constituinte ou a visita feita a Sarney por dirigentes da CNBB, os quais, finda a audiência presidencial, manifestaram sua falta de esperança no futuro.

O deputado Amaral Neto, líder do PDS, embora discorde frontalmente do atual governo e se inclua entre seus críticos mais ferozes, sentiu-se ontem no dever de prestar sua solidariedade ao presidente Sarney. No caso de ontem, disse o líder do PDS ter visitado não o cidadão ou o político José Sarney, mas o presidente da República, cuja figura deve ser preservada, uma vez que a sua imagem pública se confunde com a do poder civil e das instituições democráticas. Aliás, na manhã de ontem, o deputado Adilson Mota, do PDS, da tribuna da Constituinte criticou o governo Sarney em vários dos atos de sua administração, mas fez a ressalva de que se sentia solidário com o presidente da República, por discordar de manifestações como a do Rio. O deputado Ulysses Guimarães, que presidia a sessão, chamou o deputado Adilson Mota e o cumprimentou pelo seu discurso, embora discordasse de alguns dos seus aspectos, naturalmente as críticas dirigidas ao governo Sarney. Prometeu levar o texto do discurso do parlamentar do PDS na visita de solidariedade ao presidente Sarney.

Sarney tenso

Logo após os desagradáveis acontecimentos de rua de anteontem no Rio, o deputado Adolfo de Oliveira viajou no mesmo avião com o presidente Sarney que os trouxe de volta a Brasília. Em República permaneceu impassível no período em que tentaram agredi-lo, no ônibus em que se encontrava com sua comitiva. Mais tarde, no avião, segundo Adolfo de Oliveira, o presidente dava a impressão de estar tenso. Os que com ele jantaram a bordo do avião procuraram, para relaxá-lo, desviar a conversa para outros assuntos, que não os relacionados com os incidentes de rua do Rio.

Não ao embaixador

Submetido à votação em sessão secreta do Senado realizada anteontem, a mensagem presidencial indicando o nome de Paulo Nogueira Baptista para embaixador do Brasil junto à ONU foi recusada por ampla maioria. O que salvou Paulo Nogueira de uma recusa definitiva foi a alegação apresentada pelo senador Mário Maia, do PDT do Acre e aceita pela presidência do Senado, de que houvera imperfeições no processo de votação. Procedida uma segunda verificação de número, constatou-se, pelo painel eletrônico, a presença em plenário de 37 senadores, quórum mínimo exigido para deliberação. Mas a presidência foi advertida de que incorrera imperfeição no painel, uma vez que em plenário estavam apenas 36 senadores, quórum insuficiente. Um dos senadores, sorrateiramente, saíra de plenário para não dar quórum propositadamente.

A manobra para a recusa do nome de Paulo Nogueira Baptista, um dos diplomatas mais qualificados do Itamarati, foi toda ela urdida e preparada pelo senador acreano Aluísio Bezerra, do PMDB, mas a ela estiveram associados outros parlamentares, como o mineiro Alfredo Campos, do PMDB, ou o matogrossense Roberto Campos, do PDS. O senador Aluísio Bezerra, desde quando o nome do diplomata foi submetido preliminarmente ao exame da Comissão de Relações Exteriores do Senado, discordou da indicação. Para registrar sua divergência na comissão, valeu-se de um voto em separado, no qual revelou suas críticas e discordâncias da gestão de Paulo Nogueira Baptista como presidente da Nucleabrás no governo Figueiredo. Presentindo o clima criado contra ele, o embaixador chegou a manifestar suspeitas de que seu nome pudesse vir a ser recusado pelo Senado.

O senador Aluísio Bezerra, segundo um dos seus colegas de bancada, fez uma manobra muito hábil para inviabilizar a mensagem presidencial. Ele foi a cada um dos senadores e deu a impressão que pretendia apenas obter uma manifestação de protesto contra Paulo Nogueira Baptista.

Como a votação não foi concluída por falta de quórum, é possível que ela seja renovada na segunda ou terça-feira da próxima semana. Caso contrário, a mensagem só poderá ser novamente apreciada em agosto, uma vez que em julho o Senado entra em recesso por um mês. Tudo agora irá depender do governo e da estratégia que as suas lideranças considerarem mais conveniente executar no caso em questão.